



A Privatização da Água é um negócio vampiresco e iníquo !

(Declaração de voto, em sessão da Câmara de Cascais, efectuada em 10.11.2014)

A CDU vai votar contra a proposta intitulada “Sistema Multimunicipal de Águas de Lisboa e Vale do Tejo – Consultadoria Jurídica”, por três razões:

1ª. Os contratos de prestação de serviços por ajuste directo, que deveriam ser usados apenas como recurso excecional na gestão de qualquer organismo, são, na Câmara de Cascais, o pão-nosso-de-cada-dia, a deixar entender que, nesta casa, a mulher de César não precisa de parecer ser séria.

A CDU tem vindo a votar contra tal prática e de cada vez com acrescida razão.

2ª. Tratando-se aqui da contratação de serviços da consultoria jurídica, a CDU entende que a maioria deste executivo não só está a desperdiçar dinheiros públicos, que provêm das contribuições esforçadas dos cidadãos munícipes, como está, também, a passar um claro atestado de incompetência aos excelentes juristas que esta câmara tem, os quais estão em melhores condições que quaisquer outros para, com propriedade e saber, se pronunciarem acerca de matérias com as quais tratam diariamente.

Acresce que, esta maioria nem sequer se dá ao trabalho de nos explicar a razão porque contrata, por ajuste directo, esta concreta Sociedade de Advogados e não outra, deixando de novo a descoberto a romana consideração relativamente à mulher de César.

3ª. E agora, quanto ao dito “Sistema Multimunicipal de Águas”, que serve de pretexto para mais este ajuste directo, não queremos deixar desde já de dizer, claramente, que se trata de mais um indecoroso processo que este governo põe em movimento para “ajeitar” a entrega, por atacado, da água que os municípios asseguram às populações, para negócio do capital financeiro privado, assente na sacrossanta lógica de que, “se ninguém pode viver sem água, porque não garantir-se, através dela, um inesgotável manancial de lucros para o capital”.

Lógica que não se inibe, antes se reforça, pela certeza de que não pode haver outra maior garantia de lucros do que essa, de ser dono das fontes que alimentam a necessidade dos seres humanos e não humanos para se manterem vivos.

Contactos: Praça 5 de Outubro, 9, 2754-501 Cascais - Tel: 214 825 000 – Ext-4167

E-mail: clemente.alves@cm-cascais.pt



É um negócio iníquo e vampiresco este, que o Governo está a ajeitar para os seus amigos de sempre, construído sobre a ruína do nosso inalienável direito à vida.

Ninguém, presente nesta sala, precisa recorrer a pretensos especialistas em direito para, em consciência, saber que há negócios que nunca deveriam ser possíveis, porque vão para além do direito natural, que certos humanos julgam ter, de fazer depender da sede de lucros de alguns a possibilidade de vida dos outros.

Sabemos, os que aqui estamos, que o que está por detrás deste “Sistema Multimunicipal de Águas” não é mais do que a outra face de uma EGF, que depois de engolir todo o lixo nos vai querer beber toda a água.

Somos, o PCP e a CDU, a favor da livre associação entre municípios para a captação, tratamento e distribuição da água de que as populações carecem. Associações úteis e necessárias até para assegurarem que ninguém, que nenhum interesse privado egoísta, possa alguma vez vedar o acesso de outrem ao precioso bem essencial à vida.

Aqui todos sabemos que não é disso que a imposição do governo quer tratar ou assegurar, através da obrigação aos municípios de concentrarem em apenas um os actuais oito subsistemas de abastecimento de água que existem na Área Metropolitana de Lisboa e Vale do Tejo.

Não precisamos de juristas, pretensamente especializados ou não, para perceber desde logo que o processo que o governo nos quer impor é atentatório de todos os direitos, não só dos próprios municípios mas, sobretudo, das pessoas dos munícipes.

Não precisamos de mais para sabermos que tal propósito, do governo e do capital parasitário, só tem que ser rejeitado e repudiado liminarmente por quantos ainda fazemos questão em honrar a defesa daqueles que em nós confiaram para que, em seu nome, defendêssemos os direitos que lhes jurámos promover e defender.

Tenho dito.

10 de Novembro de 2014

O Vereador da CDU
Clemente Alves